

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA: ARRANJOS INSTITUCIONAIS E APRENDIZADOS COLETIVOS

SOUZA, Natália Almeida - nati.educamb@gmail.com

Resumo: A proposta deste estudo é contribuir para o debate da Educação Ambiental (EA) enquanto política pública tendo como recorte o contexto brasileiro. A partir da problematização da Educação Ambiental enquanto um projeto político em disputa, o texto defende novas abordagens na análise das políticas públicas de EA e reforça a necessidade de consolidar e ressignificar teorias e práticas que intensifiquem os debates críticos e promovam aprendizados. O desafio central deste trabalho é compreender as estratégias de implementação da Educação Ambiental enquanto Política Pública em âmbito municipal. O artigo, enquanto primeiro passo de um processo de pesquisa, discute os impasses relacionados ao entendimento da proposta política inerente as práticas educativas defendidas pela EA e debate a importância de acompanhar criticamente o processo de enraizamento das políticas públicas de EA no Brasil.

Palavras-chave: Aprendizagem; Educação Ambiental Municipal; Políticas Públicas;

Abstract: The purpose of this study is to contribute to the discussion of environmental education as Public Policy in the Brazilian context. From the questioning of Environmental Education as a political project in dispute, the text advocates new approaches in public policy analysis of environmental education and reinforces the need to consolidate and reframe theories and practices that enhance learning and promote discussions. The central challenge of this work is to understand the strategies for implementation of Environmental Education as Public Policy at the municipal level. The article, as a first step in a process of research, discuss the barriers related to understanding the political agenda inherent in the educational practices advocated by the environmental education and debate the critical importance of monitoring the process of rooting of the public policies of environmental education in Brazil.

Keywords: Learning; Municipal Environmental Education, Public Policy;

1. Tecendo Horizontes: A Educação Ambiental como aposta

Nos últimos anos multiplicaram-se experiências voltadas à Educação Ambiental (EA) enquanto campo de pesquisa e prática social. O processo de reflexão “alternativo” proposto pela Educação Ambiental deixou sua natureza originária, relacionada à prática pedagógica e ao “fazer educativo” propriamente dito, e ganhou força e coesão teórico-metodológica, passando a incorporar gradativamente a dimensão política de suas propostas, abrindo-se, assim, a outros caminhos de pesquisa e construção social.

A incessante busca pelo entendimento crítico do conceito de Educação Ambiental e pela implementação de suas diretrizes principais abriu um “guarda-chuva” de práticas e saberes que foi disseminado de diversas formas, dentro e fora do contexto escolar. Neste processo, a Educação Ambiental não-formal se ampliou e passou a orientar a prática voltada para a sensibilização e “conscientização”¹ dos atores sociais, principalmente dentro de Organizações não Governamentais ambientalistas (LAYRARGUES, 2004; LIMA, 2005; LOUREIRO, 2002). Este fazer pedagógico voltado ao contato com a “natureza” e centrado no discurso de mudança comportamental ocupou, e ainda de certa forma ocupa, grande parte das práticas intituladas como Educação Ambiental, circunscrevendo determinadas pré-noções sobre como seria “aplicada” as práticas educativas e como as “ambições” da Educação Ambiental poderiam ser traduzidas.

Neste contexto, muitas linhas de ação foram desenvolvidas, como a eco-pedagogia, a educação ambiental crítica, a alfabetização ecológica e outras abordagens, que apontam as transformações ocorridas nas estratégias e formas de expressão da EA. Perceber esses avanços é parte fundamental da compreensão histórica desse campo de disputas. Contudo, não será objeto deste estudo elencar os dilemas, avanços e retrocessos de experiências que tiveram a EA como escopo de atuação, no intuito de “avaliá-la” e categorizá-las. Muito menos este texto terá como pretensão metodológica, desenhar linhas do tempo, buscando reconstruir historicamente os processos de implementação de leis, programas e projetos governamentais voltados para a EA. Alguns estudos muito importantes já tiveram o papel de relatar tais fatos e analisar as diferentes abordagens do conceito (GUIMARÃES, 2000; LAYRARGUES e CASTRO, 2002; LAYRARGUES, 2004).

Como aposta central este texto buscará contribuir para o exercício de análise crítica sobre o cenário da EA como política pública, considerando os discursos empregados por alguns trabalhos e publicações que monitoram e “avaliam” a EA como política pública, bem como, discutir a repercussão das ações “ofertadas” pelos programas e projetos de EA disseminados enquanto política de EA. O debate, ainda que superficial, tem como desafio iniciar um processo mais cuidadoso² sobre a capilaridade da EA nos municípios, tencionando o alcance de algumas propostas e concepções. De maneira sintética, observaremos a luz de alguns importantes documentos quais são as relações estabelecidas na ascensão da EA como política pública, e por meio de pesquisas em portais eletrônicos de alguns municípios, buscaremos iniciar a identificação da estrutura institucional voltada à prática de EA e a presença do rol de programas capilarizados aos municípios através das principais ações de EA, expressas

¹ Entre os vários entendimentos possíveis sobre o processo de conscientização, podemos dizer que ele significa “tomada de consciência”. A perspectiva voltada à Educação Ambiental Crítica reconhece que o termo conscientização, amplamente utilizados em ações intituladas como Educação Ambiental, é limitado, pois, é utilizado como um processo mais ligado a “transmissão de informação” sendo um processo passivo de compreensão, que por sua vez, não dialoga com os processos coletivos de construção social do problema. Sobre EA crítica ver Loureiro (2004).

² Essa discussão será objeto de pesquisa de um projeto de mestrado ainda em fase inicial.

essencialmente pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (PronEA) buscando comentar criticamente sua real efetividade nos territórios.

2. Educação Ambiental: um ideário em constantes ressignificações

Em um passeio rápido pela literatura brasileira existente sobre Educação Ambiental pode-se perceber a quantidade e a diversidade de reflexões, registros e análises realizadas sobre este campo ainda em formação. Mais especificamente, a partir de 1999 a 2004, houve um aumento significativo de publicações a respeito do tema e de sua problematização. Neste processo muitos pesquisadores, por vezes atuantes em arenas políticas da Educação Ambiental, debruçaram-se em análises mais sistematizadas sob o conceito e perfil da prática no país. Tais debates teceram interligações entre alguns fatos históricos importantes na construção da linha temporal da Educação Ambiental como política pública no país (SORRENTINO, 2005; LOUREIRO, LAYRARGUES, CASTRO, 2009).

Ao analisar os principais textos que trataram sobre essa relação, percebemos que há uma aceitação clara e marcante sobre as diferentes abordagens do conceito. Neste processo, os principais debates não indagam mais sobre qual Educação Ambiental queremos, mas sim, sobre quais concepções de EA fazem parte hoje do cenário do país, como ela se desenvolve, quem são os atores sociais que protagonizam essa construção. São questões fundamentais para o entendimento do processo de implementação da EA, pois alteram a perspectiva de análise e entendimento. É certo que não trataremos de todas essas abordagens neste artigo. Vamos nos deter no debate a respeito das seguintes questões: Qual Educação Ambiental está sendo realmente implementada em termos de políticas públicas? De que forma o debate e as proposições da EA se traduzem na realidade dos municípios? Porém, antes de problematizar especificamente essas questões, faremos uma breve reconstrução histórica de alguns marcos relevantes que circunscrevem o debate planejado.

É impossível entender esse desdobramento processual e complexo sem relembrar a história do movimento ambientalista no Brasil e a incorporação diferencial da prática e concepção de Educação Ambiental por grupos distintos que compunham este movimento mais amplo. Quase que em sua totalidade, o movimento ambientalista brasileiro foi impulsionado na década de 60 pelo movimento ambientalista de classe média da Europa e dos Estados Unidos, um movimento ecológico, constituído por uma nova bandeira de luta social, contudo dividido em diferentes concepções que não podem ser reunidas em um só cesto. No entanto, no Brasil esta rotulação foi feita, e, predominantemente, o discurso ambientalista no Brasil teve com gênese uma proposta essencialmente tecnificada, com a prática e o discurso restritos aos especialistas. É neste cenário que a Educação Ambiental desembarca no país, e ganha, logo de “cara”, um viés comportamentalista e biologizante (LIMA, 2005). E assim, de forma extremamente resumida, este processo histórico determinou a “imagem” da EA que por muitos anos perdurou no imaginário social.

No entanto, diversos debates e muitas intervenções sociais contornaram a EA, e, ao longo dessas últimas décadas, teceram-se novos pontos de partida para conceber e experimentar a EA. Fruto deste processo, diferentes concepções teóricas e matrizes ideológicas distintas se formalizaram ao longo do Brasil (LAYRARGUES, 2004). No início dos anos 80, o contato com a pedagogia de Paulo Freire e com todo o avanço do debate ambiental (que ganha, a partir de então os contornos de “desenvolvimento sustentável”), os educadores passam a defender outras estratégias de aprendizado e abordagem da questão ambiental. Neste processo, boa parte dos educadores ambientais do país, como Carvalho, Loureiro, Sorrentino entre outros emergem desse grupo de

peças, que fazendo parte do movimento ambientalista calcado na marcha educativa, passam a galgar novas estratégias para a EA enquanto projeto político transformador. Traduzindo nas palavras de Loureiro (2008): *“Logo, para estes educadores e educadoras ambientais não é possível pensar a construção da sustentabilidade sem a mais radical e profunda mudança do padrão societário e civilizatório vigente”*.

Tamaio (2008) acompanha essa linha apresentando o processo de institucionalização da EA no plano nacional em duas fases, a primeira centrada no *“movimento de preocupação dos movimentos ecológicos com uma prática de conscientização que visava atrair a atenção para a finitude e a péssima distribuição dos recursos naturais”* e a segunda, enfatiza a ação educativa *“que dialoga com o campo educacional, com suas tradições, teorias e saberes”* (TAMAIO, 2008).

Essa multiplicidade de visões sob a Educação Ambiental, mesmo que de forma não declarada, desenhou tendências distintas e até mesmo dicotômicas entre as concepções, o que orientou durante esses anos, ações e ideais societários distintos. De maneira geral, é possível afirmar, que seja qual for a concepção escolhida, desde que ela seja crítica e contextualizada, a EA requalificou a compreensão sobre o ambiente e redefiniu nossa forma de nos relacionar com a natureza e “enfrentar” os desafios ambientais. Definitivamente, não basta a “boa fé ambiental”, nem tão pouco, a sensibilização ou a transmissão de conteúdos da ecologia, a EA evidencia que é preciso entender a dinâmica social e, particularmente, a educativa para a promoção de transformações no modelo de desenvolvimento escolhido. A diferença central das diferentes abordagens pode ser resumida, grosso modo, pela mudança na perspectiva de compreensão e enfrentamentos dos conflitos, que passam a ser, socioambientais (LAYRARGUES, 2004b).

Cabe ressaltar neste debate, que a educação ambiental enquanto novo projeto de educação se desponta como um dos principais projetos político-educacionais da atualidade, formando um verdadeiro campo de saberes em construção (CARVALHO, 2002). Entendendo a Educação Ambiental enquanto processo (PNEA Lei n. 9.795/99) seu potencial mantém uma importância crucial na identificação, multiplicação e gestão de saberes socioambientais. Neste sentido, Sachs (1993) ressalta a importância de consolidar estratégias de transição para o desenvolvimento sustentável, o que segundo ele, exigirá grandes investimentos nas áreas da pesquisa e da educação. Para Veiga (2009), no Brasil, o maior investimento necessário para a transição é em educação, pesquisa científica, desenvolvimento e engajamento das empresas no processo de inovação tecnológica, criando a base para essa nova economia, o que reforça a pertinência do tema da EA na ressignificação de processos educativos.

No campo institucional, é evidente o aumento de iniciativas, programas e projetos voltados para o desenvolvimento territorial sustentável, comprometidos com métodos participativos que permitam implementar de forma efetiva os conteúdos e habilidades pleiteados pela EA, basta observar as novas linhas e estratégias de atuação dos governos, entidades não governamentais e das universidades para verificar esta intensificação. Esses programas buscam promover metodologias interdisciplinares e contextualizadas, que possam ser facilmente compreendidas e aplicadas. Em âmbito internacional são diversas as articulações promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que apontam o processo crescente de institucionalização da temática da EA para o desenvolvimento mais justo e sustentável em várias esferas e escalas.

Os avanços foram muitos e certamente a PnEA, mesmo que ainda não muito reconhecida fora dos círculos sociais da EA, pode ser considerada como um dos principais arranjos políticos institucionais na promoção de estratégias de gestão

participativa e fortalecimento dos grupos sociais. Pode se avançar nessas considerações entendendo que o principal objetivo do Programa Nacional de EA (BRASIL, 2005) é “*criar espaços de debate das realidades locais para o desenvolvimento de mecanismos de articulação social, fortalecendo as práticas comunitárias sustentáveis e garantindo a participação da população nos processos decisórios sobre a gestão dos recursos ambientais*” está sendo conquistado gradativamente, mesmo que não no ritmo necessário para o enfrentamento dos desafios que se multiplicam.

Dessa forma, é essencial apontar o acúmulo brasileiro rumo à qualificação das práticas de Educação Ambiental, principalmente oriundos de alguns Núcleos de Pesquisa inseridos em importantes Universidades, e essencialmente vinculados a recentes e inovadores Programas de Pós-Graduação, bem como, outras experiências que desenvolvem de maneira, cuidadosa e responsável, os referenciais teóricos e os princípios de desenvolvimento prático das propostas. Neste contexto a Diretoria de Educação Ambiental ligada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Núcleo Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), também vem consolidando trabalhos importantes para a orientação técnica, política e metodológica da Educação Ambiental, ainda que de forma restrita. Por fim, as Redes Nacionais e Estaduais de Educação Ambiental cumprem um papel crucial na articulação de lideranças, no fomento de fóruns e na disseminação de práticas.

Essas são experiências importantes para entender a dinâmica de desenvolvimento da Educação Ambiental no país. Todavia, este debate busca chamar atenção para o fato de que não se pode avaliar esse processo sem entender as imensas limitações que estão por trás da PnEA e das ações governamentais. É evidente que a multiplicação de práticas de Educação Ambiental isenta de análises e dimensões políticas, institucionais e pedagógicas ainda promove uma atuação pontual, descontextualizada e imediatista. Diversos trabalhos vêm apontando a fragilidade de práticas denominadas como Educação Ambiental em promover um debate amplo, qualificado e contextualizado (SILVA, 2005). Dessa forma, fica fácil entender que a prática da Educação Ambiental “conscientizadora”, acaba se tornando esvaziada de sentidos, se tornando uma válvula de desperdício de energias e recursos.

Trein (2008) discute a EA a partir do debate crítico e o rigor teórico-metodológico na análise da realidade. Segunda a educadora:

“o pensamento crítico, ao desvendar o modo de produção capitalista, sua estrutura interna, as contradições que engendra enquanto processo social, seus limites materiais, aponta também os mecanismos de ocultamento dessa realidade, elaborados pela ideologia dominante. É importante compreender os traços fundamentais de um sistema que se baseia na exclusão social, na exploração da classe trabalhadora, na destruição da natureza e na mercantilização de todos os elementos da natureza e das dimensões sociais e culturais das relações humanas” (TREIM, 2008).

O que Trein (2008) nos traz são leituras possíveis e fundamentais para o entendimento crítico da realidade. Neste processo, é preciso reconhecer os limites existentes nas propostas construídas, debilidades essas, que geralmente estão relacionadas à baixa institucionalidade das ações, pouca capilaridade e falta de recursos financeiros para a manutenção dos projetos. Há, portanto, a necessidade de que este debate seja ampliado de forma a atingir um maior número de projetos e ações que acabam sendo implementados no ensino formal e não formal, de maneira inadequada.

Se, é possível afirmar que a Educação Ambiental desenvolvida no país ainda é carente de embasamento teórico-metodológico, como avaliar as ações centradas nas

esferas municipais? A prática de Educação Ambiental circunscrita em âmbito local (município) teria efetivamente maiores oportunidades de sucesso, considerando o recorte mais contextualizado e visando a sustentabilidade das ações e empoderamento dos atores, como pretendem os principais arranjos institucionais da EA no país?

Estas e outras perguntas movem a análise proposta por este trabalho, e voltam-se às atenções ao desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental dentro de municípios, buscando entender como se manifestavam as relações político-institucionais das propostas enquanto política pública. Como apontado, não será foco, neste momento, tecer o panorama institucional da Educação Ambiental no campo político e o estado da arte no campo acadêmico, nem fazer um levantamento histórico. O objetivo aqui é aproximar algumas problematizações relacionadas à dimensão política da Educação Ambiental no contexto municipal, onde aposta-se que a realização de ações descoladas da realidade local e desarticuladas politicamente perdem efetividade, figurando mais como campanhas voluntárias e passageiras, do que como projeto social emancipador e educativo.

3. Políticas Públicas de Educação Ambiental: processos coordenados de enraizamentos ou um espaço de experimentalismo difuso?

Diante do debate que aponta a EA como conceito plural e multifacetado, tencionarmos o encontro desta diversidade conceitual e prática com as ações intituladas como políticas públicas, nos atentando para as estratégias de efetivação no plano institucional dos municípios.

O debate sobre políticas públicas vem ocupando espaços cada vez mais importantes no cenário brasileiro. Observa-se um avanço na produção acadêmica, teórica e metodológica, no que diz respeito ao tema e multiplicam-se as experiências governamentais que buscam dialogar com o conceito e desenvolver ações coordenadas de governo. Entre os vários entendimentos possíveis sobre o termo, as políticas públicas podem ser resumidas às práticas governamentais do estado “Estado em ação”. A ação estatal é expressa a partir a implementação do projeto de governo (HÖFLING, 2001). Ainda para o mesmo autor, política pública é “*responsabilidade do Estado, tanto na implementação quanto na manutenção, a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos*” (HÖFLING, 2001). Para outros autores, como Muller (2009) e Romano (2009), as políticas públicas podem ser consideradas essencialmente como instrumentos de “*mediação de conflitos sociais*”, o que reforça o papel de disputa social das ações propostas pelas políticas públicas e acolhe a diversidade de arenas de conflito nas quais os atores sociais “jogam” para a conquista dos seus interesses. Nesta abordagem, entender as políticas públicas não é uma tarefa exclusivamente técnica e restrita a visão circular de desenvolvimento da política, e não diz respeito apenas a ação do Estado, mas sim um processo marcado por influências e variações, que envolvem as iniciativas de grupos sociais. Segundo Schubert *apud* Frey (2000) a ordem política concreta forma o quadro dentro do qual se efetiva a política material por meio de estratégias políticas de conflito e de consenso.

Fazendo uso de uma importante passagem de Frey (2000):

“O exame da vida de certas políticas setoriais, sobretudo as de caráter mais dinâmico e polêmico, não deixa dúvidas referentes à interdependência entre os processos e os resultados das políticas. A evolução histórica da política ambiental, por exemplo, mostra de forma nítida como ambas dimensões têm se influenciado de forma recíproca e permanente. As constelações de atores, as condições de interesse em cada situação e as orientações valorativas de elementos que podem ser considerados condicionantes do grau de conflito

reinante nos processos políticos sofreram modificações significativas à medida que se agravaram os problemas ambientais e se consolidou esse novo campo da política. O incremento da “consciência ambiental” reforçou os conflitos entre os interesses econômicos e “ecológicos”. Da mesma maneira como a dimensão material dos problemas ambientais tem conduzido à cristalização de constelações específicas de interesse, os programas ambientais concretos, por sua vez elaborados por agentes planejadores, devem ser considerados o resultado de um processo político, intermediado por estruturas institucionais, que reflete constelações específicas de interesse”.

Esse debate pode indicar a relevância das análises sobre o processo de construção e solidificação da EA enquanto política pública a partir de outro ponto de vista. Os estudos históricos de eventos e marcos políticos, as análises de programas específicos e o rico debate sobre financiamento da EA, enriquecem as análises sobre a EA no país e abrem caminhos para consolidação de um corpo teórico e articulação um ferramental analítico que permita entender a pluralidade de interesses voltada à EA. Contudo, ainda são incipientes as análises que buscam compreender o desenvolvimento da EA a partir de uma perspectiva processual e política.

Voltando ao campo empírico, especificamente ao campo da EA, expresso enquanto programa municipal, observa-se a multiplicação de iniciativas e programas educativos, na educação formal e não-formal, voltados essencialmente para o fortalecimento de hortas comunitárias em escolas, permacultura, tecnologias ecoeficientes, cursos de formação de educadores para a utilização dos saberes na matriz curricular e nos projetos pedagógico. O que a primeira vista pode parecer positivo, pode esconder grandes debilidades, uma vez que assistimos ainda a muitas experiências, lideradas e “patrocinadas” por gestões públicas estaduais e municipais, que não parecem estar comprometidas com a Educação Ambiental, entendida como um processo político de apropriação crítica de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos para a construção, coletivos e participativos, de uma sociedade sustentável (CARVALHO, 1992). Parecem assim fazer o uso indiscriminado dos conceitos para a implementação de projetos, muitas vezes construídos sem diálogo com a sociedade, e muitas vezes, surgem como ações reativas a problemas e políticas estaduais.

Essa diversidade de ações expõe as diferentes possibilidades de generalizações e interpretações do conceito de EA, configurando um “fenômeno” que podemos chamar de “experimentalismo difuso”. Este conceito foi apresentado por VAZ et al. (2002) em uma pesquisa promovida pelo Instituto Polis, que analisou experiências de desenvolvimento local no país. A pesquisa aponta que projetos e temáticas incrustadas em contextos muito diversos, surgiram devido a diversidade de entendimentos e “usos” e “apropriações” possíveis do conceito de desenvolvimento. Nas palavras dos autores:

“objeto de intenso debate ao longo dos anos 90, (a noção de desenvolvimento local) não ficou restrita ao campo das idéias, mas, ao contrário, está associada a uma efetiva atuação dos atores locais na elaboração e implementação de iniciativas voltadas ao desenvolvimento.” (VAZ et al, 2002).

Traçando um paralelo com a EA e fazendo uso das palavras de Quintas (1997): “A prática da EA deve ter como um de seus pressupostos, o respeito aos processos culturais característicos de cada país, região ou comunidade. (...). Na sociedade brasileira esses diferentes modos de relacionamento determinam a existência de conhecimentos, valores e atitudes que devem ser considerados na formulação, execução e avaliação da prática da EA”. Mendonça (2004) explicita ainda mais a correlação com

a EA, apresentando que *“a implementação de uma política pública de EA sofre este descompasso, porque trata de um tema difuso, um campo de conhecimento baseado em saberes que trabalha a relação da realidade socioambiental com as ações educativas visando a transformação dessa realidade, o que implica em mudanças de valores, comportamento e representações sociais dos sujeitos que não são facilmente processados como uma demanda política pelas instituições se não forem devidamente incorporados e empoderados pelos mesmos”*.

Dessa forma agregamos ao debate da EA como política pública, a dinâmica apresentada pela idéia de *experimentalismo difuso*, pois verifica-se que assim como nas experiências centradas no conceito de desenvolvimento local as políticas, programas e ações de EA também estão fazendo o uso diverso do(s) conceito(s) de EA, muitas vezes, abordando de forma pouco criteriosa e até mesmo contraditória em suas ações práticas.

3.1 As expressões da EA em âmbito municipal

Este artigo busca instigar um aprofundamento teórico relacionado às políticas e práticas de EA a nível municipal. A fim de exemplificar as condições de experimentalismo difuso, nas quais as políticas públicas de EA estão sendo desenvolvidas nos municípios, apresentaremos o resultado da primeira fase da pesquisa realizada, buscando substanciar alguns debates.

Por meio de uma breve consulta aos portais eletrônicos oficiais de 16 prefeituras municipais procuramos observar primeiramente de que forma a EA era apresentada como política pública do município, ou seja, em qual pasta ou setor da administração a EA estava alocada e qual era o grau de relevância dado às práticas de EA em relação aos outros conteúdos trabalhados pelas prefeituras a partir de sua forma de apresentação em uma abordagem comparativa a outras questões. Na segunda parte, observamos como as práticas se expressam nos territórios a partir do protagonismo do poder público local, debatendo o conteúdo das ações divulgadas como EA. Foram nove prefeituras localizadas no estado de São Paulo e outras sete prefeituras de capitais do país.

Nas Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente de nove municípios que compõem a Sub-bacia Hidrográfica Tietê-Cabeceiras, uma importante região econômica e política que mantém estreita relação e proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo, notamos que apenas uma prefeitura apresentava informações sobre projetos voltados a Educação Ambiental. Na estrutura principal do portal da Secretaria de Meio Ambiente identificamos um projeto central que abarca as principais ações deste município. Entre as outras oito prefeituras, somente uma apontava outro endereço complementar, indicando o endereço eletrônico de outra rede social, onde se centra a comunicação da principal ação de EA da cidade. As demais prefeituras traziam por meio de suas páginas eletrônicas de comunicação, a temática ambiental a partir da seção de “notícias”, normalmente associando as práticas educativas ambientais às ações de sensibilização ambiental realizadas em áreas verdes, nos parques municipais. Fazendo uma breve amostragem, da mesma natureza, nos portais eletrônicos municipais das capitais da região Sul e Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) notamos que apenas duas, das sete capitais, citavam diretamente³ ações centradas em políticas públicas de Educação Ambiental, presentes nos debates nacionais e em

³ A pesquisa partiu dos sites oficiais do município e a partir deles para as subseções da Secretaria de Educação e Meio Ambiente. Consideramos a apresentação direta de programas, aqueles que mencionavam em sua estrutura organizacional e entre seus principais projetos, expressões como: A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública), Agenda 21 e outros programas que compõem as principais ações previstas pelas políticas públicas no país.

documentos internacionais relativos à EA, como programas e projetos oficiais das prefeituras. Em ambas as capitais, que declaravam a realização dos projetos, as ações estavam vinculadas a Secretaria de Meio Ambiente/Verde e Meio Ambiente. Nada foi localizado diretamente na estrutura das Secretarias Municipais de Educação.

Outras duas capitais citavam com clareza a estrutura de projetos e programas voltados ao tema da EA, porém não traziam idéias claras sobre os programas e ações estruturadas de governo em relação à EA. Não apareciam, portanto, de nenhuma forma, menções as estruturas de conselhos participativos, salas verdes, coletivos educadores, Com-Vida e nem outros temas correlatos e compreendidos como as principais ações da política pública de EA no país. Nos portais oficiais dessas sete capitais, apenas três citavam o fazer educativo vinculado à prática de Centros de Educação Ambiental e eventos em parques urbanos, não sendo possível identificar com clareza qualquer proposta sólida que poderia ser identificada como ação em rede ou capilarizada a partir da PnEA.

Cabe ressaltar que a pesquisa realizada não fez uso de ferramentais analíticos rigorosos, como ferramentas de análise de redes, transparência pública, e comunicação social. Por não ser o objetivo central deste estudo, é preciso ressaltar que a breve levantamento teve caráter apenas exemplificador, ilustrando, o debate. É certo também que muitas prefeituras mantêm grandes dificuldades de manutenção e atualização dos portais. Contudo, em uma breve consulta, o visitante notará a discrepância entre a qualidade e quantidade das ferramentas e informações relacionadas a alguns temas, como acesso a programas sociais, e a precariedade de dados e a falta transparência em alguns “setores” que, na visão apresentada a partir dos portais eletrônicos das prefeituras, não são ações prioritárias. A fragilidade institucional, financeira e política, como apresentado em outros trabalhos é uma realidade comum a quase todas as secretarias municipais de meio ambiente (LITLLE, 2003).

A internet como um dos principais instrumentos de controle social e transparência da gestão pública, atualmente é um espaço privilegiado de análise, figurando com um ferramental representativo para consultas dessa natureza, uma vez que é interesse das prefeituras publicizar essas ações. Dessa forma, o pouco cuidado apontado por cinco das sete capitais, na divulgação de suas ações e políticas, pode trazer elementos que ajudarão a caracterizar e iniciar o entendimento sobre as condições de estruturação da EA como política pública municipal nesses municípios. Incumbe ressaltar que muitas prefeituras realizam diversas ações que não necessariamente são divulgadas nos portais eletrônicos, e que de nenhuma forma, o conteúdo dos portais, resumem e trazem com fidelidade aquilo que realmente é desenvolvido pelo poder público.

O quadro apresentado não é tão positivo quanto aparece nos discursos. Como visto, apenas alguns estados e poucos municípios estavam desenvolvendo as orientações da PNEA e enraizando as diretrizes dentro do poder público estadual. Por detrás dos bastidores, o debate é sobre a real aplicabilidade e relevância da lei nas práticas de governo. Como em qualquer outra política pública, a existência de legislações específicas avança na conquista programática, contudo, não garante o cumprimento das ações previstas. Como caso emblemático, podemos citar a legislação de proteção das florestas, que mesmo bem formulada nem de longe é traduzida em ações práticas. O corpo de proteção legal é representado pelo Código Florestal, que figura como o principal debate ambiental popular no país neste momento.

Sorrentino (2005) ao discutir o processo de estruturação da EA como política pública em nível nacional traz que *“para que a EA (no âmbito federal) pudesse ter status de política pública, com atribuições e público-alvo específicos, foi necessário*

atribuir-lhe duas institucionalidades: formal (...) e não formal”, o que aponta que é preciso traduzir as propostas diversificadas na “linguagem” das políticas públicas e enfrentar também os desafios políticos de construção e manutenção das ações.

Cabe ressaltar que dentro do ensino formal, os sistemas de debate educacional internalizam uma das dimensões da EA a partir inclusão e “obrigatoriedade” temática inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados oficialmente em 1997, e na Lei Federal que define a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei n. 9.795/1999). No âmbito não formal, a EA foi tratada como EA para a Gestão Ambiental. Um tema bastante polêmico e importante para a compreensão das principais ferramentas de internalização da EA no país.

Aproximando as lentes para um debate mais descentralizado da EA e buscando exemplificar de que forma o debate nacional da EA vem sendo disseminados até os municípios, citaremos as principais deliberações de dois encontros de gestores públicos da EA. Em 2004, uma ação de promoção do Programa Nacional de EA reuniu e articulou gestores federais e estaduais da EA, onde no primeiro encontro governamental nacional sobre políticas públicas de educação ambiental, entre os resultados mais importantes está a produção de um documento intitulado como “Compromisso de Goiânia” (2004). Segundo Barbosa (2008) o documento apresenta que o debate com os gestores públicos estaduais foi de extrema importância, pois “*(re) afirmam a necessidade de uma gestão democrática e compartilhada*” principalmente a partir do fortalecimento e ênfase dada as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), “*vistas como colegiados estaduais representativos e democráticos, juntamente com as redes sociais em EA, sejam fortalecidas e empoderadas, pois estimulam a participação e o exercício do controle social*”.

Outro encontro de grande relevância foi o segundo Encontro Nacional de Gestores Estaduais de Educação Ambiental, realizado em Salvador em 2007. Neste momento foi elaborado o “Pacto por uma Gestão Compartilhada da Educação Ambiental”, por meio do qual se acordou uma agenda de compromissos baseada na ação coletiva, compartilhada e articulada, com unidade na diversidade, voltada à superação das graves questões socioambientais apontando para o fortalecimento do Sistema Nacional de Educação Ambiental. Neste encontro formularam-se 16 compromissos que foram assumidos por representantes das CIEAs.

De certo modo, poderíamos dizer que esses documentos pactuados coletivamente pelo conjunto de gestores, poderiam figurar como instrumentos potenciais no processo de avaliação e monitoramento da EA enquanto política pública. Nestes dois encontros, os gestores estaduais se responsabilizaram também em promover debates locais sobre a EA como política pública e facilitar a construção de ações e políticas nos municípios. Entretanto, desde então, quatro anos se passaram, outras ações e encontros foram realizados, e se mantém a distância evidente entre os municípios e o Governo Estadual e Federal, no debate sobre EA e a fragilidade das políticas públicas neste âmbito. Um acompanhamento mais próximo a esses conselhos espalhados pelo país se mostra necessário, a fim de identificar os principais arranjos e compreender as inovações e aprendizados proporcionados por essas novas “governabilidades” dentro da EA como política pública. Os documentos parecem ter ajudado pouco na construção de ações efetivas.

Tais dados corroboram para o entendimento que a EA enquanto política municipal ainda é frágil e carece de programas que descentralizem o debate e sustentem ações municipais com maior poder de alcance pelos municípios. Um exemplo desse processo, ainda inicial, de transposição municipal da política pública de EA, é o

Programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES)⁴ coordenado pelo MMA, considerado como uma das principais estratégias para o enraizamento da EA no país. Ainda segundo o levantamento feito por Barbosa (2008), o programa grande notoriedade, pois *“sua implementação permite promover ações integradas que potencializam a educação ambiental na gestão municipal e no território, além da divulgação de informações e desenvolvimento de um conjunto articulado de ações ligadas à questão ambiental, à difusão de práticas para a sustentabilidade, a campanhas educacionais e socioambientais, entre outras”*.

Neste contexto, é preciso ressaltar que entre os principais objetivos do MES, podemos citar o desafio de transformar os espaços coletivos dos municípios em “espaços educadores”, que formem os munícipes para a construção da cidadania ambiental e participação na gestão pública. Contudo, infelizmente em nenhum momento da pesquisa o programa foi localizado nos documentos divulgados pelas prefeituras municipais, seja nas nove cidades da Sub-bacia Tietê-Cabeceiras (Comitê do Alto Tietê), ou entre as sete importantes capitais do país. Com uma exploração mais cuidadosa, foi possível encontrar algumas citações transversais e até mesmo, em um dos 16 portais analisados, encontrar o documento estava disponível para acesso virtual. O que, de certa forma, pode nos apontar a existência do programa MES como referência de alguns municípios. Não obstante, ainda nos parece muito sutil à presença e orientação do programa no cotidiano das escolas e governos municipais.

Para além de atestar fatos e apontar fragilidades, o rápido levantamento apresentado acima, nos ajuda a entender que muitas as ações dos governos municipais na área de EA acontecem sem que as mesmas estejam estruturadas ou componham programas políticos mais amplos. Muitas iniciativas são realizadas por diferentes atores sociais dentro da própria estrutura de gestão municipal, e, de forma pulverizada, são tecidas nos territórios sendo que algumas iniciativas nem chegam a ser identificadas como ações de EA. Isso significa que não há “uma” educação ambiental, mas múltiplas pedagogias de educação ambiental, como tantas são as concepções de mundo e de sociedade vigentes (LIMA, 2005), o que reforça mais uma vez a ambiguidade do processo. Estaríamos diante da solidificação das práticas de EA, ou como, apontado pelas práticas dos municípios pesquisados, as políticas públicas de EA locais estariam mais próximas de práticas de experimentalismo difuso?

4. Educação Ambiental e Política Pública: Novas governabilidades e espaços de aprendizagem

Para Sorrentino e Trajber (2005), a educação ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política, reforçando que as revoluções políticas decorrem do entendimento que se desenvolve em relação à necessidade de mudança. Carvalho (1992) nos lembra que a EA vem sendo incorporada como uma prática inovadora, destacando-se sua internalização como objeto de políticas públicas de educação e de meio ambiente em âmbito nacional, e progressivamente vem sendo capilarizada como mediação educativa. Cabe ressaltar que essa disseminação como “mediação educativa” deve ser assistida com mais afinco pelos gestores públicos, pois são muitos os retratos deficitários da educação no país e, certamente, a EA não passa ileso desse processo irresponsável de descuido da educação brasileira.

Em um recente estudo, Sotero e Sorrentino (2010) apresentam os avanços da EA como política pública no país, reforçando a falta de integração e poder de gestão das políticas e ações. Segundo ele:

⁴ Uma oportunidade que emerge dessa pesquisa é o levantamento detalhado do “estado da arte” do Programa Município Educador Sustentável em algumas cidades do país.

“no caso da educação ambiental no Brasil, em nível federal, existe uma lei que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (1999), um decreto regulamentador desta lei (2002), o PNEA em sua segunda versão (2004) e uma série de projetos elaborados e executados pelos MEC, MMA e suas instituições vinculadas, bem como por outros Ministérios. Vários estados contam com realidades semelhantes à Federal, ou seja, possuem legislação específica de EA, programas, projetos. Alguns municípios, sobretudo os maiores, também possuem alguns destes instrumentos. Todavia, percebe-se uma ausência, nas três esferas de governo, de planos como instrumento de macro-gestão das políticas de EA” (SORETO E SORRENTINO, 2010).

Os apontamentos feitos acima nos provocam reflexões distintas. De um lado, se aposta em uma EA multifacetada, complexa e descentralizada, permeada de valores e contextualizações específicas. Constrói-se assim, um fazer plural, flexível e aberto às diversas interpretações da EA. Em outra direção, critica-se o fazer acrítico, descontextualizado e baseado em práticas educativas comportamentalistas. E assim, na contramão da abordagem relativista se elaboram programas governamentais, cartas, pactos e outras formas coletivas de princípios que passam a ser construídos a fim de clarificar e “orientar” as ações, buscando replicabilidade, reedições e formações descentralizadas pelo território. Esses impasses nos apontam que a natureza e as estratégias de ação da EA enquanto política pública é um campo de análise muito complexo. Em 22 anos a Política Nacional de EA nos mostrou sua potencialidade na construção de novos espaços de diálogo e aprendizado a partir de outras lógicas de ação coletiva e ação da gestão pública. Os dados apresentados, mesmo que iniciais nos mostram as debilidades enfrentadas na construção de ações de EA em âmbito municipal e trazem alguns retrocessos às propostas de EA que precisam ser revistos.

Apesar de desejável, essas estratégias nos colocam em certas complicações: como promover políticas públicas de EA com qualidade, transparência e participação, tendo em vista as especificidades do fazer educativo da EA e o experimentalismo difuso das ações? Para além de construir receitas e repetir “conselhos” é preciso conhecer para agir. É fundamental aceitar as fragilidades de disseminação das políticas públicas de EA e considerar as influências políticas em alguns processos. Um exemplo, claro, temos na Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, que possui uma robusta estrutura institucional voltada à promoção da EA, mas dificilmente dialoga com as orientações federais do Ministério do Meio Ambiente. As duas instituições acabam realizando ações educativas importantes e substanciais para o debate da EA enquanto política pública de formas totalmente diferentes, e por muitas vezes, descontraídas e discrepantes. Sem negar mais uma vez a diversidade, é preciso analisar criticamente os processos de formulação de políticas públicas de EA e entender os impasses entre as comunidades políticas que circunscrevem a prática de EA.

O retrato da EA nos aponta um cenário muito mais marcado pela política, como divergências de partidos políticos, disputas conceituais, debilidades de financiamento e fragilidades nas estruturas de gestão que o “senso comum” do debate sobre EA parece expor. Esse extenso debate necessita primeiramente deixar sua roupagem romantizada para ganhar novas proporções. A educação ambiental em um contexto de mudança paradigmática acompanha um processo de reinvenção do Estado. É preciso repensar as relações protagonizadas pela sociedade civil, qualificando a ação política e cidadã da sociedade, demarcando interesses e construindo novos espaços públicos. Ao estimular à organização em redes híbridas e em coletivos de cooperação, as políticas públicas de

EA travam outras relações com o Estado, criando sociabilidades alternativas e reformas que busquem novas governabilidades. Neste sentido podemos entender o Estado como um novo movimento social (SANTOS, 2005).

A EA emerge como um grande potencial de transformação social ao propor novas formas de organização social e outras racionalidades para a política pública. Segundo Barbosa (2008): *“O panorama apresentado demonstra que as ações e políticas de EA vêm produzindo, a partir de uma perspectiva sistêmica, um círculo virtuoso na gestão pública, com descentralização e compartilhamento de responsabilidades, disseminação de valores democráticos, proposições político-pedagógicas que induzem e estimulam uma educação para a sustentabilidade, participação e controle social”*.

Sorrentino (2002) reforça e dialoga com essa idéia afirmando que o fazer educativo cotidiano centrado no debate sobre a questão ecológica e a emergência de novos desenhos para as políticas públicas de EA, pode contribuir para políticas mais humanitárias na medida em que as pessoas ampliem sua percepção crítica e seu senso ético e estético com a vida neste planeta. Outro importante estudo feito por Mendonça (2004) traz novos elementos para o debate e reforça as barreiras enfrentadas pelas políticas de EA. Para ela: *“existe um descompasso entre demanda social, elaboração de políticas públicas, implementação e monitoramento, pois esbarramos nas dificuldades administrativas e operacionais das instituições, correndo o risco de prejudicar as metas propostas e a qualidade dos resultados. Além disso, a falta de recursos financeiros, de gestores competentes e a descontinuidade dos programas decorrentes dos ciclos eleitorais, inviabilizam o aperfeiçoamento destas políticas”* (MENDONÇA, 2004).

Por fim, gostaríamos de chamar atenção para a necessidade de formulação e debates sobre outras formas de acompanhamento, avaliação e monitoramento das políticas de EA, além da importância de se estruturar novos ferramentais analíticos que consigam enxergar integradamente os processos e acompanhar com qualidade e transparência os principais desenhos institucionais promovidos pelas políticas de EA. Dentre as principais ações estão, o Programa Município Educador Sustentável (MES) e as Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (COM-VIDA). Além dos Coletivos Educadores e as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) e outras ações desenvolvidas em outras escalas e formatos que não necessariamente seguem essas mesmas nomenclaturas, mas acabam dialogando com a proposta desses programas, o que traz outro desafio para a compreensão dessas iniciativas.

Estudar integradamente o fazer educativo desses programas em alguns municípios, pode tecer um mosaico de iniciativas e experiências com potencial de auxiliar na construção de um quadro mais claro sobre a EA como política pública no Brasil, que para além de números e constatações estatísticas, possa captar os desafios, interpretações e realidades da EA nos municípios. A abertura desta “janela” analítica poderia contribuir para o entendimento sobre como a dimensão política se manifesta nos processos de implementação de políticas públicas de EA, e poderia contribuir para a identificação de quais consensos estão sendo criados dentro da Política Nacional de Educação Ambiental e facilitando a compreensão sobre quais desafios estão sendo superados.

Talvez tenhamos realmente grandes precipícios entre o que se desenha enquanto programa ou política pública e o que se traduz na prática política cotidiana. Ainda vejo as ações de Educação Ambiental muito limitada principalmente no campo governamental, não pela falta de boa vontade dos gestores que animam as atividades de EA, e muito menos pela qualidade das propostas localmente elegidas como prioritárias e muitas vezes estruturadas em programas federais, mas, sim pela latente necessidade de

reforma política e carência de processos efetivamente democráticos no desenvolvimento de políticas de EA. Nossa cidadania, em grande parte, ainda está solidificada nos antigos processos clientelistas e patronais e guardam a imagem de prestação de serviços e não se garantia de direitos a população. Os processos de EA precisam sinalizar que as prefeituras não estão prestando favores à população, mas sim exercendo seu papel e desenvolvendo ações para além de obrigatórias e imprescindíveis para a população. Os projetos de EA são pequenos e chegam “atrasados”. Precisamos que a EA deixe o diálogo entre os mesmos e ganhe proporções transversais nas políticas prioritárias de governo. As contradições são tantas que mesmo que façamos um esforço para compreender as limitações governamentais e a boa vontade dos modestos projetos de EA, as comissões, atividades e parcerias que se articulam em torno da EA, pouco arranham as decisões políticas centrais dos governos, que longe estão de promover o desenvolvimento endógeno das regiões, e muito menos, combater com rigidez as desigualdades e privações que perduram nos municípios há anos.

Tais explorações poderiam evidenciar quais elementos novos estão sendo considerados nesse processo e quais gargalos estão sendo deixados para trás. Essas e outras questões farão parte de uma pesquisa mais ampla que este artigo pretende incitar. Este texto representa grandes aspirações que necessitam de formulações e análises mais complexas. Como oportunidade de diálogo, as provocações trazidas por ele, apontam algumas inoperâncias nas políticas públicas quando usamos as lentes dos municípios. Esses empecilhos podem apontar a incapacidade do Estado em atingir determinados esferas ou indicar as dificuldades dos atores sociais em acessar as políticas públicas de EA. Contudo, é preciso reconhecer os espaços de aprendizado que estão sendo construídos nesse debate e nesse fazer coletivo em busca de novas orientações políticas para os processos educativos e para a relação que mantemos com o ambiente que nos cerca.

A dimensão da aprendizagem, por sua vez, se destaca como uma faceta importante para o entendimento dos processos políticos problematizados e para o entendimento das institucionalidades criadas, pois aceleradamente se corrobora como método promissor na geração de ambientes de aprendizado favoráveis a construção de sinergias sociais necessárias para a construção de sociedades sustentáveis. Certamente os sujeitos, os principais atores sociais e todos os movimentos e redes presentes nesse processo serão os recursos mais importantes nesse processo. Que é político. Mas, também é educativo, é transformador.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Luciano Chagas. *Políticas públicas de educação ambiental numa sociedade de risco: tendências e desafios no Brasil*. Anais do IV Encontro da ANPPAS. Brasília, DF : ANPPAS, 2008.
- CARVALHO, I.C.M. *Educação, meio ambiente e ação política*. In: ACSELRAD, H. (Org). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.
- _____. *A Invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.
- FREY, K. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. In: IPEA. Brasília, 2000.
- GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão da Educação Ambiental na Educação*. Rio de Janeiro Papirus, 2000. 107p.
- HÖFLING, Eloísa de Mattos. *Estado e Políticas (Públicas) Sociais*. Cadernos Cedes, Vol.21, nº 55, Campinas, novembro/2001

- LAYRARGUES, P. P. (org.) *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004a.
- _____. *A questão ambiental também é uma questão política*. Boletim Vida e Natureza, Ambiente-Cultura, MEC/SEED, 2004b.
- LIMA, G. F. C. *Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória*. In: LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios*. (tese de doutorado). Campinas/SP: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.
- LITTLE, P. E. (Org.). *Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IIEB, 2003.
- LOUREIRO, C.F.B., LAYRARGUES, P.P. & CASTRO, R. S. (orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 3a edição. São Paulo: Cortez, 2005.
- LOUREIRO, Carlos F. *Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *Proposta Pedagógica*. Salto para o Futuro/ TV Escola. "Educação Ambiental no Brasil". Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008.
- LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 11-31.
- MENDONÇA, Patrícia Ramos. *Educação Ambiental como Política Pública: Avaliação dos Parâmetros em Ação—Meio Ambiente na Escola*, 122 p., 297 mm, (Unb-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental. 2004).
- MULLER, P. *Les Politiques Publiques*. (Collection Que sais-je?). Paris: PUF. 2009.
- SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo, Stúdio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Reinventar la Democracia. Reinventar el Estado*. Buenos Aires: CLACSO; Also published in Cuba, Havana: Editorial José Martí, 2005.
- SORRENTINO, Marcos (org). *Educação Ambiental como Política Pública*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005
- _____. *De Tbilise a Thessalonik: a educação ambiental no Brasil*. In: QUINTAS, (Org.). *Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. 2 ed., rev. e ampl. Brasília: IBAMA, 2002.
- SOTERO, João Paulo; SORRENTINO, Marcos. *A Educação Ambiental como Política Pública: Reflexões sobre seu Financiamento*. Anais do V Encontro da ANPPAS. UFSC, Florianópolis: ANPPAS, 2010.
- TAMAIIO, Irineu. *A Política Nacional de Educação Ambiental*. Salto para o Futuro/ TV Escola. "Educação Ambiental no Brasil". Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008.
- TREIN, Eunice. *A perspectiva crítica e emancipatória da Educação Ambiental*. Salto para o Futuro/ TV Escola. "Educação Ambiental no Brasil". Ano XVIII boletim 01 - Março de 2008.
- TOZONI-REIS, M. F. C. *Educação Ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- VAZ, J. C.; FRANÇA, C; SILVA, I. *Do experimentalismo difuso a uma política nacional de desenvolvimento local: uma abordagem introdutória*. In: Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local. 2ª edição. São Paulo, instituto Polis, 2002.
- VEIGA, J. E. *Mundo em transe: do aquecimento global ao ecodesenvolvimento*. Campinas: Autores Associados, 2009.